

Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80*

*Rosetta Mammarella***

*Tanya M. de Barcellos****

*Mirian Regina Koch*****

A problemática social das grandes metrópoles brasileiras tem sido amplamente focalizada no âmbito dos estudos acadêmicos e nos debates políticos. Esses estudos revelam diferentes aspectos dessa problemática, que passam pela identificação do surgimento de novas formas de desigualdades sociais, pela constatação do aumento da pobreza urbana e pelo desenrolar de crescentes processos de fragmentação das cidades e de segregação urbana. Na tentativa de compreender a dinâmica que está na base da transformação do perfil das grandes cidades, cada vez mais são considerados como fatores relevantes, ou como causas diretas dessas mudanças, as estruturas econômica e institucional: a primeira tendo em vista os efeitos dos processos de globalização e de reestruturação produtiva, e a segunda, de cunho político, centrada na crise de governabilidade das cidades (Ribeiro, 2000). O ponto para onde converge o debate teórico é a polêmica em torno da tese da *global city*, com a identificação de um “novo tipo histórico de cidade”, a cidade global, que se distingue, tanto na estrutura econômica como na estrutura social e espacial que dela resultam, do tipo histórico que teria acompanhado a fase da hegemonia da produção industrial fordista. Consoante com essa tese, a globalização econômica tenderia a resultar numa dualização da estrutura social. Essa vertente explicativa demarca as conseqüências desses processos pela desindustrialização e terciarização da economia e por uma dualização do mercado de trabalho, que passa a se caracterizar por empregos altamente qualifica-

* Neste texto, são tratadas as principais questões discutidas no *paper* apresentado no XXIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, entre 23 e 27 de outubro de 2000.

** Filósofa, Técnica da FEE.

*** Socióloga, Técnica da FEE.

**** Arquiteta, Técnica da FEE.

dos e bem remunerados, juntamente com ocupações de qualificação inferior e de baixa remuneração, produzindo imagens da cidade, conforme descreve Ribeiro (2000), como "(...) cidade partida, cidade dual, cidade da exclusão, cidade dos enclaves fortificados, cidade do *apartheid* social", traduzindo o futuro das metrópoles em hipóteses de polarização social.¹ A decorrência mais direta dessas mudanças seria uma alteração da estrutura social, com a ampliação dos extremos e uma retração das camadas médias, tendendo a um formato de ampulheta, com um aprofundamento da concentração da renda e das desigualdades sociais. A figura da ampulheta contrapõe-se à imagem do ovo como representação de uma distribuição normal, mais larga no meio e estreita nas pontas, ilustrando uma estrutura social com predomínio dos segmentos médios (Ribeiro, 2000).

Essa visão de sociedade expõe, simultaneamente, o deslocamento do debate em relação ao eixo de oposição de classe, central para explicar as causas da diferenciação social e da crescente polarização nas cidades entre ricos e pobres, entre incluídos e excluídos, e a forte incidência do movimento de globalização e de reestruturação produtiva sobre o desenvolvimento econômico e social, enquanto processos articulados, com desdobramentos espaciais e com repercussões na estrutura social. Assim sendo, a identificação das mudanças que ocorreram na estrutura econômica, nas últimas décadas, em especial em regiões dinâmicas e de forte concentração urbana, como é o caso das áreas metropolitanas, se constitui em substrato para avaliar os impactos não só sobre as grandes cidades como sobre o perfil da estrutura social.

Tomando o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, observamos que sua principal característica econômica é a concentração, em seu território, das atividades industriais e de serviços, decorrentes de um processo que se instalou até o final dos anos 70, embora, na década seguinte, essa tendência tenha se enfraquecido, com a redução da participação da região na produção estadual. A diminuição do peso relativo da economia metropolitana sobre o conjunto do Estado, que se estabeleceu a partir do final dos anos 70 e que atravessou os anos 80, tem implicações sobre a capacidade da região em manter o nível de importância que tinha na década 70, sem, contudo, comprometer a sua primazia na economia estadual. Essa mudança na capacidade relativa da aglomeração metropolitana de concentrar a atividade econômica está associada a

¹ Nessa perspectiva da polarização social, são identificados dois eixos no debate: um, marcado pelo confronto entre teorias da globalização, polarizado pelos paradigmas da pós-industrialização, tendo em Manuel Castels e Saskia Sassen seus expoentes, e do pós-fordismo, defendido por Edmond Preteceille e Michael Storper; o outro eixo é o que procura submeter à prova empírica a hipótese da tendência à dualização e à polarização social, onde aparecem Hamnett e Maloutas (Ribeiro, Lago, 2000).

uma série de fatores, dentre os quais se destacam os efeitos da crise que se instalou nos anos 80, que alternou períodos recessivos e períodos que indicavam recuperação do produto, sem investimento novo², e a um processo de interiorização da economia, em direção à aglomeração urbana, polarizada por Caxias do Sul e municípios situados no entorno da RMPA (Alonso, Bandeira, 1990, p.107-108).

Dentro da economia metropolitana, destaca-se ainda, nos anos 80, a perda de posição da indústria frente ao avanço do Setor Terciário (Mammarella, 2000), fenômeno que reflete, em grande parte, o processo de desindustrialização relativa da Capital, que se instalara nos anos 70 (Alonso, Bandeira, 1988). Concomitantemente, avança o processo de modernização das atividades de comércio, com o surgimento de *shopping centers*, incremento de grandes redes de supermercados na Capital³ e especialização no setor serviços.

Tendo em vista esse quadro, o problema que estamos querendo discutir neste trabalho diz respeito às características e às transformações na hierarquia social dessa área, que apresenta diferenciações internas muito nítidas, em termos econômicos, de formação histórica e da configuração de seu espaço territorial, pois se situa num eixo industrial que se estende até a região de Caxias do Sul, sendo, ao mesmo tempo, circundada por um entorno de crescente expansão econômica e demográfica.

Nosso objetivo é apresentar alguns resultados preliminares da pesquisa “Desigualdades Sócio-Espaciais na RMPA”⁴, de modo a contribuir para o debate

² Uma periodização dos anos 80 aponta para o seguinte quadro: 1981-83, momento de recessão; 1984-86, período de recuperação, marcado por exportações e pelo Plano Cruzado; 1987-89, inflação crônica e tentativas de estabilização (Alonso, Mammarella, 1998). Uma periodização dos anos 90 permite identificar o período 1990-92, marcado por um quadro de recessão conduzido no Governo Collor, com uma recuperação entre 1993 e 1997 (Pochmann, 2000).

³ No período 1970-83, surgiram dois *shopping centers* em Porto Alegre, situação que se manteve inalterada até 1990, quando se instalou outro *shopping*. Em 1991, mais dois empreendimentos se localizaram na Capital. Em 1990, a Cidade sediava sete grandes redes de supermercados.

⁴ A pesquisa, em andamento no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos da FEE, realiza-se com base em Convênio firmado entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ e a FEE e insere-se no amplo programa de investigação sobre os impactos da reestruturação produtiva e da globalização econômica nas grandes cidades denominado **Metrópoles, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana**, coordenado pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, constituído em 1994, através de convênio entre o IPPUR da UFRJ e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Esse programa se desenvolve em cooperação com instituições nacionais e internacionais e com o apoio do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), do Ministério de Ciência e Tecnologia.

sobre as tendências de crescimento das grandes metrópoles do País. Traze-mos, assim, uma primeira abordagem acerca da estrutura social dessa região, procurando descrever, com base nos dados censitários de 1980 e de 1991, suas principais características e verificar as mudanças ocorridas entre esses anos.⁵ Para o estudo, foram consideradas, dentro da RMPA⁶, três espacialidades que apresentam traços econômicos diferenciados: a área que concentra a produção coureiro-calçadista, polarizada por Novo Hamburgo e São Leopoldo (RMPA 1); a área polarizada por Porto Alegre (RMPA 2), com grande diversificação produtiva; e particularizando a Capital, Porto Alegre, onde predominam atividades terciárias.⁷

Análise das categorias sócio-ocupacionais na RMPA

Antes de empreendermos a tarefa de analisar a estrutura social da RMPA e de descrevermos as mudanças que se verificaram na sua composição entre 1980 e 1991, são necessárias algumas considerações metodológicas sobre a construção das categorias sócio-ocupacionais enquanto instrumentos adequados para expressar essa estrutura.

Partimos do pressuposto básico de que o trabalho desempenha papel central na estruturação da sociedade e de que, por conseqüência, a ocupação pode se constituir em variável potencialmente indicadora das condições de vida e do lugar social das pessoas. Tal suposição encontra fundamento, particularmente, na visão de Bourdieu (1989) sobre o espaço social enquanto espaço de posições sociais. Para o autor, o mundo social pode ser representado como um espaço construído com base em princípios de diferenciação ou de distribuição. Esses princípios são constituídos pelas propriedades que atuam no universo

⁵ A análise da hierarquia social da próxima década só poderá ser efetivada após a divulgação dos dados do Censo 2000.

⁶ Nessa pesquisa, a RMPA foi considerada na sua composição oficial (os 21 municípios que a integram, de acordo com a legislação em vigor no ano de 1991). Somente o Município de Parobé, que passou a fazer parte da região em 1989, foi excluído em função de não termos conseguido obter estimativas para o ano de 1980, relativamente aos dados censitários, inviabilizando a análise comparativa da estrutura social no período escolhido para análise.

⁷ As sub-regiões consideradas apresentam a seguinte composição: RMPA 1 (Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo e Sapiranga); RMPA 2 (Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Triunfo e Viamão).

social e que podem conferir poder a quem as detêm. Trata-se de diferentes espécies de poder, ou de capital, que se situam em campos distintos, sendo que o capital pode se encontrar na forma de propriedades materiais, ou no estado incorporado, ou seja, capital cultural. O capital “(...) representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção)” (Bourdieu, 1989, p.134). Em consequência, representa, também, um poder sobre os mecanismos que contribuem para garantir a produção de bens e, portanto, um poder sobre rendimentos e ganhos.

Os agentes e os grupos de agentes são definidos pelas suas **posições relativas** nesse espaço. O conhecimento do espaço de posições permite recortar classes no sentido lógico do termo, ou seja, identificar um conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm probabilidade de terem atitudes e interesses também próximos, e, portanto, práticas similares. Seriam classes no papel, com existência teórica⁸ (Bourdieu, 1989).

Dentro dessa perspectiva, a ocupação tem um conteúdo material e de representação social que permite reconhecer, a partir dela, uma hierarquia social, um esboço da estrutura social, “(...) entendida como, simultaneamente, um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (Ribeiro, Lago, 2000). Para construir as categorias sócio-ocupacionais em nossa realidade, temos que partir de uma definição de ocupação que não é tão diretamente expressão desse significado social. No levantamento censitário, a ocupação diz respeito à atividade que a pessoa desenvolveu nos últimos 12 meses, mesmo que não seja coerente com a profissão que desempenha regularmente, ou que se considere capacitado a desempenhar. No caso das categorias com que trabalhamos, foram utilizadas, fundamentalmente, as variáveis relativas à ocupação — ocupação e posição na ocupação —, levantadas pelo IBGE para o Censo Demográfico, filtradas, em alguns casos, por variáveis de renda e de instrução. Uma das principais dificuldades com que nos deparamos para trabalhar com o quadro de ocupações do Censo é o fato de que nem sempre elas traduzem as mudanças ocorridas, nas últimas déca-

⁸ As classes que podemos recortar no espaço social não existem enquanto grupos reais, embora os elementos usados para sua definição sejam explicativos quando buscamos entender a probabilidade de se constituírem em grupos, famílias, associações, sindicatos, etc. Na realidade, o que existe é um espaço de relações. É importante considerar que a análise das classes “teóricas” deve partir da análise estatística, que é o primeiro passo para captar a estrutura do espaço social.

das, na estrutura produtiva e no mercado de trabalho do País. Não obstante, as ocupações foram classificadas a partir de alguns princípios de divisão (Ribeiro, Lago, 2000), que retratam as principais oposições que estão na base da organização social nas sociedades capitalistas.

O primeiro é aquele que opõe capital e trabalho, principal divisão da sociedade capitalista, cuja referência básica é a oposição de classes. O segundo, trata da oposição grande *versus* pequeno capital, a partir da qual é possível captar uma das características da economia capitalista atual, ou seja, “(...) a segmentação da estrutura produtiva entre as corporações capitalistas e os pequenos e microcapitalistas organizados em empresas muitas vezes familiares ou pessoais” (Ribeiro, Lago, 2000). O terceiro princípio dá conta da divisão entre assalariamento e trabalho autônomo nas suas diferentes formas de manifestação e expressa-se na oposição autonomia — subordinação. A relação trabalho manual *versus* não-manual refere-se à divisão técnica do trabalho e à forma como historicamente se desenrolou o processo de industrialização no Brasil, traduzindo posições hierarquicamente diferenciadas no mercado de trabalho. A identificação da hierarquia das ocupações não-manuais, segundo exigência de maior ou menor responsabilidade, foi feita levando em conta a oposição entre atividades de controle e de execução. As ocupações manuais foram classificadas segundo a inserção no Setor Secundário e no Terciário da economia, visto que o operariado industrial ocupa uma posição peculiar na estrutura social, devido ao significado histórico que ele traduz em termos do processo de industrialização e de organização sindical. Por fim, dentro do proletariado secundário, as ocupações foram agrupadas levando em consideração a inserção nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria.

Resultou da aplicação desses critérios uma classificação das ocupações em oito grandes grupos, que reúnem 25 categorias sócio-ocupacionais⁹. De um lado, examinamos a distribuição das categorias sócio-ocupacionais buscando

⁹ As variáveis a partir das quais foram construídas as categorias sócio-ocupacionais também podem ser obtidas nas PNADs. No entanto, essa pesquisa somente divulga os dados para os conjuntos metropolitanos e para as unidades da Federação, impossibilitando uma abordagem que contemple outros recortes territoriais, como estamos nos propondo a realizar neste trabalho. A metodologia para a construção das categorias sócio-ocupacionais, bem como a listagem onde estão definidas as ocupações que compõem as 25 categorias estão explicitadas em Ribeiro (2000, p.629). Foi excluída das distribuições da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais a categoria “outros”, que engloba as ocupações mal-definidas em 1991, mas que, em 1980, incluía também os aposentados, os estudantes e as donas de casa. Para efeitos de comparabilidade, optamos por não utilizar esse resíduo.

identificar características vinculadas às transformações que decorrem da reestruturação produtiva e da globalização, embora, na década de 80, esses processos estejam ainda incipientes no que diz respeito à visibilidade de suas conseqüências, em especial nos países periféricos. De outro, procuramos contemplar as diferenciações mais significativas que podemos observar no espaço metropolitano, tendo em vista, em especial, a distribuição das atividades produtivas.

A descrição do conjunto metropolitano permite-nos construir uma idéia mais geral acerca da sua conformação social, quadro que funciona como parâmetro para a análise das demais espacialidades em que dividimos a região. Também é importante verificarmos em que medida essa estrutura se assemelha à de outras grandes metrópoles, o que foi realizado cotejando a estrutura da RMPA com a do Rio de Janeiro¹⁰. Embora essa metrópole tenha dimensão muito maior, a comparação é um importante elemento de avaliação, quando temos por objetivo identificar tendências decorrentes da globalização e da reestruturação econômica em espaços de forte concentração urbana.

O exame da RMPA no ano de 1991 expõe uma estrutura sócio-ocupacional na qual se destacam o proletariado industrial, que concentra 28,67% dos ocupados, e a classe média, com um peso de 26,83%. Esta última, se for reunida à pequena burguesia (6,85%), que, de certo modo, se aproxima das camadas médias, passa a pontear a estrutura social da região. Também o proletariado terciário aparece com um percentual relativamente elevado na distribuição dos ocupados por categoria (20,80%). Por ordem, estão posicionados, na seqüência, o subproletariado, a elite intelectual, os agricultores e a elite dirigente (Tabela 1).

Se abrirmos os grandes grupos de categorias para computar sua composição interna, podemos obter uma melhor caracterização do objeto em pauta. Especificando o interior do proletariado industrial, o operariado empregado na indústria tradicional detém a maior fatia desse conjunto. Esse segmento industrial tem uma presença forte quando olhamos a economia pelo lado do emprego, particularmente o setor coureiro-calçadista, que é responsável por uma parcela significativa do emprego industrial na região. Com relação às classe médias, vemos que quase metade do grupo é constituída pelos empregados de escritório, categoria que reúne ocupações que executam atividades de rotina. Dentro

¹⁰ Embora a pesquisa **Metrópoles, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana**, anteriormente referida, contemple outras regiões metropolitanas (São Paulo e Belo Horizonte), a comparação só foi possível para o Rio de Janeiro, em função de ser a única metrópole com resultados disponíveis.

do proletariado terciário, são os prestadores de serviços especializados, seguidos dos empregados do comércio, os principais responsáveis pela posição do grupo. No subproletariado, mais de 70% do peso fica com os empregados domésticos. Finalmente, no interior das elites dirigente e intelectual, sobressaem-se os empresários na primeira e os profissionais de nível superior empregados na segunda (Tabela 1).

Pensando essa estrutura nos marcos das hipóteses de polarização social postas por uma parte dos estudos da globalização, constata-se que a RMPA estaria mais próxima de uma conformação de tipo ovo do que de uma com a forma de ampulheta, configuração que corresponderia às novas características impressas pela globalização na estrutura social. No nosso caso, essa proximidade decorre do peso que têm a pequena burguesia e a classe média juntas, pois, mesmo não sendo hegemônico, é ainda bastante significativo, especialmente frente ao tamanho do subproletariado.

Os traços básicos que podemos extrair da composição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais na RMPA são um pouco diferentes daqueles configurados para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo a posição do proletariado secundário o principal fator que distancia as duas distribuições (Ribeiro, 2000). Lá, o operariado industrial tem menor peso frente às classes médias, que ponteiaram na composição dos ocupados. Além de ter menor peso na estrutura social, o proletariado industrial, no Rio de Janeiro, distribui-se internamente de forma distinta. Naquela metrópole, são os operários da construção que se destacam no conjunto dos operários industriais, embora perdendo participação durante o período 1980-91. Já os trabalhadores da indústria tradicional, que, na RMPA, são majoritários no interior do proletariado secundário, no Rio de Janeiro têm a mesma participação que os operários da indústria moderna. Do mesmo modo que na RMPA, no Rio de Janeiro o operariado industrial perde participação na composição da estrutura social, somente que lá são os trabalhadores da indústria tradicional que perdem mais.

Observando a distribuição das categorias sócio-ocupacionais e seu comportamento no período 1980-91 (Tabela 1), constatamos a manutenção das posições dos diferentes grupos de categorias na estrutura social. No entanto, além de ter havido redução de participação em alguns casos e ganhos em outros, as taxas de crescimento apontam resultados que nos fornecem algumas indicações em termos de prováveis mudanças na estrutura social.

Tabela 1

Estrutura social da Região Metropolitana de Porto Alegre — 1980 e 1991

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	1980	1991	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO 1980-91 (%)
Agricultores	2,55	1,86	-0,53
Elite dirigente	1,11	0,90	0,51
Empresários	0,51	0,48	1,80
Dirigentes do setor público	0,19	0,09	-4,86
Dirigentes do setor privado	0,18	0,13	-0,25
Profissionais liberais	0,23	0,21	1,43
Elite intelectual	5,40	5,08	1,82
Profissionais de nível superior autô- nomos	0,57	0,96	7,38
Profissionais de nível superior em- pregados	4,83	4,12	0,91
Pequena burguesia	4,42	6,85	6,54
Pequenos empregadores urbanos	2,33	4,12	7,82
Comerciantes por conta própria	2,09	2,74	4,91
Classe média	27,22	26,83	2,24
Empregados de escritório	12,61	11,09	1,19
Empregados de supervisão	5,97	6,21	2,75
Técnicos e artistas	3,25	2,93	1,43
Empregados da saúde e da educação	3,67	4,71	4,73
Empregados da segurança pública, da justiça e dos correios	1,73	1,89	3,21
Proletariado terciário	20,25	20,80	2,63
Empregados do comércio	6,39	7,52	3,90
Prestadores de serviços especializados	8,97	8,39	1,75
Prestadores de serviços não espe- cializados	4,89	4,90	2,40
Proletariado secundário	30,98	28,67	1,66
Operários da indústria moderna	6,34	5,53	1,11
Operários da indústria tradicional	10,80	10,66	2,25
Operários dos serviços auxiliares da economia	3,87	4,72	4,24
Operários da construção civil	8,44	6,29	-0,32
Artesãos	1,53	1,47	2,03
Subproletariado	8,08	9,00	3,39
Empregados domésticos	6,85	6,68	2,14
Ambulantes	0,96	1,88	8,80
Biscateiros	0,26	0,44	7,43
TOTAL	100,00	100,00	2,38

FONTE: IBGE.

Em primeiro lugar, chama atenção a diminuição sofrida pelas categorias do proletariado secundário¹¹. À exceção dos operários dos serviços auxiliares da economia, todas as outras ocupações perderam posição na distribuição, embora só tenha havido redução, em termos absolutos, dos operários da construção civil. A diminuição da importância relativa do proletariado industrial é um fenômeno que se verifica também em outras regiões e que reflete, de um lado, as alterações tecnológicas nos processos de produção e, de outro, as mudanças na localização da produção industrial, que, no caso do RS, durante a década de 70, se deslocou, primeiramente, da Capital para seu entorno e, depois, foi marcada por uma perda, tanto da Capital como da região, em favor do perímetro perimetropolitano e de centros com alguma tradição industrial, como foi o caso da região de Caxias do Sul (Alonso, Bandeira, 1988). Mais recentemente, como já assinalamos, as perdas da RMPA significam ganhos na região norte do Estado.

Também o espaço ocupado pelas classes médias recuou um pouco no período, sendo responsáveis por essa perda os empregados de escritório, os técnicos e os artistas, uma vez que as demais ocupações tiveram sua participação ampliada, especialmente os empregados da saúde e da educação. A pequena burguesia, e particularmente os pequenos empregadores urbanos, foi a categoria que obteve aumento mais importante de participação na composição da população ocupada, passando de 4,42% para 6,85% entre 1980 e 1991, representando a maior média de crescimento na estrutura social (6,54% a.a.), bastante superior à taxa de incremento da ocupação na RMPA (2,38% a.a.). Também o subproletariado e o proletariado terciário ampliaram seu significado na estrutura social, embora com menor intensidade (Tabela 1).

A categoria dos agricultores só encontra alguma expressão quando se “retira” a Capital do conjunto metropolitano. Nesse caso, ela assume um peso bem maior do que a elite (Tabela 4). Isso reflete uma das especificidades da RMPA, que é a presença de municípios com predomínio de população e atividades rurais.

¹¹ É importante destacarmos que o proletariado industrial, mesmo perdendo posição na estrutura sócio-ocupacional, teve crescimento absoluto nas três espacialidades consideradas. Na RMPA 1, alcança uma taxa de crescimento de 3,57% ao ano, bem superior ao crescimento populacional médio da RMPA como um todo. Somente em Porto Alegre, houve decréscimo absoluto dessa categoria.

Se o proletariado secundário e a classe média são os dois estratos da estrutura social metropolitana de maior peso, não foram estes os que mais cresceram em termos geométricos. Nesse caso, em primeiro lugar, estão os ambulantes (8,80% a.a.) e os biscateiros (7,43% a.a.), no grupo do subproletariado, e os pequenos empregadores (7,82% a.a.), que integram a pequena burguesia. Esses dados são coerentes se forem considerados os efeitos sociais da chamada “década perdida”, que vivenciou longos momentos de crise alternados com períodos de recuperação, afetando o mercado de trabalho, de um lado, com aumento do desemprego, e o incremento de uma fatia de ocupados com baixos rendimentos, composta justamente pelo universo dos feirantes, doceiros, carroceiros, ambulantes, etc. e, de outro, estimulando o surgimento de pequenos empregadores. Além disso, nos anos 80, já foi possível sentir os reflexos da política de modernização do setor público (fusão de órgãos, racionalização dos cargos de chefia, etc.) sobre a estrutura social da RMPA: para os dirigentes do setor público, a taxa de crescimento foi negativa (-4,86% a.a.) (Tabela 1).

Ao dividirmos a região em duas espacialidades que acompanham a presença de características econômicas distintas, encontramos estruturas sociais diferentes.

Na RMPA 1, área que, como vimos anteriormente, agrupa municípios onde predomina uma especialização na indústria de couros e calçados, o peso do proletariado industrial é muito significativo frente ao que encontramos no conjunto metropolitano. Embora perdendo participação entre 1980 e 1991, essa categoria representou nada menos do que 47,35% no último ano. Devemos apontar, ainda, que, entre os operários industriais, a importância dos empregados da indústria tradicional (32,62% do total de pessoas ocupadas em 1991) representou uma participação três vezes maior do que no conjunto da RMPA. Já a classe média, o proletariado terciário e o subproletariado, que, na RMPA 1, tiveram um peso bastante menor em relação ao conjunto metropolitano, cresceram a taxas mais elevadas nessa estrutura sub-regional (Tabela 2).¹²

¹² O subproletariado, além de ter ampliado sua participação na distribuição dos ocupados, apresentou um crescimento absoluto muito significativo, sendo a categoria que mais cresceu não somente na RMPA 1, mas também nas outras espacialidades. Provavelmente, esse incremento está relacionado com a entrada de migrantes, atraídos pelo aumento das oportunidades de trabalho, que acompanhou a fase de expansão da indústria coureiro-calçadista na área.

Tabela 2

Estrutura social da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA 1) — 1980 e 1991 (%)

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	1980	1991	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO 1980-91
Agricultores	5,17	2,60	-1,93
Elite dirigente	0,62	0,56	3,58
Empresários	0,43	0,34	2,18
Dirigentes do setor público	0,03	0,04	5,94
Dirigentes do setor privado	0,04	0,09	13,20
Profissionais liberais	0,12	0,10	2,52
Elite intelectual	2,18	1,91	3,17
Profissionais de nível superior autô- nomos	0,28	0,50	9,97
Profissionais de nível superior em- pregados	1,90	1,42	1,65
Pequena burguesia	4,59	6,38	7,59
Pequenos empregadores urbanos ...	3,01	4,34	7,92
Comerciantes por conta própria	1,57	2,04	6,93
Classe média	18,13	20,05	5,37
Empregados de escritório	7,56	8,01	4,96
Empregados de supervisão	4,12	5,63	7,41
Técnicos e artistas	3,14	2,60	2,63
Empregados da saúde e da educação	2,36	2,99	6,65
Empregados da segurança pública, da justiça e dos correios	0,95	0,82	3,06
Proletariado terciário	13,82	15,07	5,24
Empregados do comércio	4,53	5,58	6,41
Prestadores de serviços especializados	5,95	5,86	4,26
Prestadores de serviços não espe- cializados	3,34	3,63	5,20
Proletariado secundário	51,72	47,35	3,57
Operários da indústria moderna	6,08	5,41	3,30
Operários da indústria tradicional	36,61	32,62	3,32
Operários dos serviços auxiliares da economia	2,10	2,64	6,62
Operários da construção civil	5,74	5,69	4,33
Artesãos	1,20	0,99	2,61
Subproletariado	3,76	6,06	9,04
Empregados domésticos	3,23	4,47	7,53
Ambulantes	0,42	1,10	14,05
Biscateiros	0,11	0,49	19,53
TOTAL	100,00	100,00	4,41

FONTE: IBGE.

Com relação à elite, verificamos que sua participação é menor nessa sub-região, tendo havido, inclusive, decréscimo entre 1980 e 1991. Tal ocorre com maior intensidade em relação à elite intelectual, o que é compreensível se levarmos em conta que é na Capital onde se concentram profissionais de nível superior, situação que não encontra paralelo no restante do Estado. Não obstante, o crescimento dessa subárea e o papel que podem vir a desempenhar os *campi* universitários nela localizados¹³ indicam que há perspectiva de aumento da elite intelectual. É interessante observar que, embora com queda de participação na distribuição dos ocupados, o incremento absoluto da elite, tanto da dirigente como da intelectual, nessa sub-região, resultou em uma taxa de crescimento (3,58% a.a.) que supera, significativamente, o incremento médio desse grupo no conjunto da RMPA (0,51% a.a.). Dentro da elite dirigente, os dirigentes privados, embora com uma participação muito reduzida, aumentaram a uma taxa de 13,20% ao ano entre 1980 e 1991, taxa que só é superior para os biscateiros e ambulantes, também nessa espacialidade (Tabela 2).

A RMPA 2 apresenta uma estrutura sócio-ocupacional mais parecida com a da RMPA como um todo. Nessa sub-região, é muito grande o peso de Porto Alegre, o que, em parte, explica a semelhança. Entretanto devemos demarcar ao menos alguns pontos, de modo a melhor caracterizá-la.

Os operários industriais, embora com menor participação relativamente ao que verificamos no conjunto metropolitano (Tabela 3), na verdade estão melhor posicionados se retirarmos Porto Alegre da configuração, e passando a representar 33,29% dos ocupados em 1991; na Capital, eles têm uma participação de apenas 15,58% (Tabelas 4 e 5). Sob esse aspecto, cabe mencionar que essa sub-região apresenta um parque industrial considerável e diversificado e, tal como comentamos anteriormente, vem sendo foco de altos investimentos industriais. Com o subproletariado, ocorre, também, um crescimento, quando excluimos a Capital do agregado espacial, refletindo a presença, nessa sub-região, de municípios que concentram a residência de populações de baixa renda da região.

¹³ No Município de São Leopoldo, está localizada a Universidade do Vale do Sinos (Unisinos), que é a terceira universidade brasileira em tamanho da matrícula.

Tabela 3

Estrutura social da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA 2) — 1980 e 1991

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	1980	1991	(%)
			TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO 1980-91
Agricultores	2,00	1,65	0,16
Elite dirigente	1,21	1,00	0,12
Empresários	0,52	0,52	1,74
Dirigentes do setor público	0,22	0,10	-5,46
Dirigentes do setor privado	0,21	0,14	-1,37
Profissionais liberais	0,25	0,24	1,31
Elite intelectual	6,07	5,95	1,71
Profissionais de nível superior autô- nomos	0,63	1,09	7,10
Profissionais de nível superior em- pregados	5,44	4,86	0,86
Pequena burguesia	4,39	6,98	6,29
Pequenos empregadores urbanos ...	2,18	4,05	7,79
Comerciantes por conta própria	2,20	2,93	4,57
Classe média	29,12	28,69	1,76
Empregados de escritório	13,66	11,93	0,65
Empregados de supervisão	6,35	6,37	1,92
Técnicos e artistas	3,27	3,02	1,17
Empregados da saúde e da educação	3,94	5,18	4,46
Empregados da segurança pública, da justiça e dos correios	1,90	2,19	3,22
Proletariado terciário	21,60	22,37	2,22
Empregados do comércio	6,78	8,05	3,50
Prestadores de serviços especializados	9,60	9,08	1,37
Prestadores de serviços não espe- cializados	5,21	5,25	1,95
Proletariado secundário	26,63	23,55	0,76
Operários da indústria moderna	6,40	5,56	0,61
Operários da indústria tradicional	5,40	4,65	0,52
Operários dos serviços auxiliares da economia	4,24	5,29	3,95
Operários da construção civil	9,00	6,45	-1,14
Artesãos	1,60	1,60	1,93
Subproletariado	8,98	9,81	2,71
Empregados domésticos	7,61	7,29	1,49
Ambulantes	1,08	2,10	8,24
Biscateiros	0,29	0,43	5,54
TOTAL	100,00	100,00	1,90

FONTE: IBGE.

Tabela 4

Estrutura social da Região Metropolitana de Porto Alegre
(RMPA 2, sem Porto Alegre) — 1980 e 1991

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	1980	1991	(%)
			TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO 1980-91
Agricultores	4,08	2,83	-0,06
Elite dirigente	0,19	0,25	6,00
Empresários	0,13	0,17	5,94
Dirigentes do setor público	0,03	0,02	-0,96
Dirigentes do setor privado	0,01	0,01	4,39
Profissionais liberais	0,01	0,04	14,95
Elite intelectual	1,68	1,44	1,85
Profissionais de nível superior autô- nomos	0,14	0,29	10,57
Profissionais de nível superior em- pregados	1,55	1,15	0,55
Pequena burguesia	3,93	6,26	7,79
Pequenos empregadores urbanos	1,35	2,97	10,95
Comerciantes por conta própria	2,57	3,30	5,67
Classe média	19,41	22,01	4,50
Empregados de escritório	9,08	9,45	3,69
Empregados de supervisão	4,17	5,05	5,11
Técnicos e artistas	2,07	2,12	3,50
Empregados da saúde e da educação	2,62	3,52	6,10
Empregados da segurança pública, da justiça e dos correios	1,46	1,88	5,68
Proletariado terciário	21,88	23,29	3,90
Empregados do comércio	5,95	7,47	5,46
Prestadores de serviços especializados	10,47	10,11	2,99
Prestadores de serviços não espe- cializados	5,46	5,71	3,73
Proletariado secundário	41,06	33,29	1,36
Operários da indústria moderna	11,83	9,32	1,09
Operários da indústria tradicional	9,34	7,35	1,08
Operários dos serviços auxiliares da economia	5,34	6,29	4,85
Operários da construção civil	12,96	8,83	-0,23
Artesãos	1,59	1,50	2,73
Subproletariado	7,78	10,63	6,27
Empregados domésticos	6,26	7,77	5,35
Ambulantes	1,16	2,30	9,91
Biscateiros	0,36	0,56	7,55
TOTAL	100,00	100,00	3,31

FONTE: IBGE.

Tabela 5

Estrutura social de Porto Alegre — 1980 e 1991

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	1980	1991	(%)
			TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO 1980-91
Agricultores	0,69	0,69	0,92
Elite dirigente	1,85	1,61	-0,39
Empresários	0,77	0,80	1,17
Dirigentes do setor público	0,35	0,16	-5,78
Dirigentes do setor privado	0,33	0,25	-1,56
Profissionais liberais	0,41	0,40	0,74
Elite intelectual	8,84	9,64	1,69
Profissionais de nível superior autô- nomos	0,94	1,73	6,71
Profissionais de nível superior em- pregados	7,90	7,90	0,89
Pequena burguesia	4,68	7,57	5,41
Pequenos empregadores urbanos	2,71	4,95	6,57
Comerciantes por conta própria	1,97	2,63	3,57
Classe média	35,26	34,16	0,60
Empregados de escritório	16,56	13,96	-0,66
Empregados de supervisão	7,73	7,46	0,56
Técnicos e artistas	4,03	3,77	0,27
Empregados da saúde e da educação	4,77	6,54	3,82
Empregados da segurança pública, da justiça e dos correios	2,17	2,44	1,96
Proletariado terciário	21,42	21,62	0,98
Empregados do comércio	7,30	8,52	2,33
Prestadores de serviços especializados	9,06	8,23	0,01
Prestadores de serviços não espe- cializados	5,06	4,87	0,54
Proletariado secundário	17,53	15,58	-0,19
Operários da indústria moderna	2,97	2,48	-0,73
Operários da indústria tradicional	2,91	2,43	-0,73
Operários dos serviços auxiliares da economia	3,55	4,47	3,02
Operários da construção civil	6,50	4,50	-2,43
Artesãos	1,60	1,69	1,39
Subproletariado	9,74	9,14	0,31
Empregados domésticos	8,46	6,89	-0,98
Ambulantes	1,02	1,93	6,86
Biscateiros	0,25	0,32	3,33
TOTAL	100,00	100,00	0,89

FONTE: IBGE.

O peso da classe média, que significava, em 1991, 28,69% (Tabela 3) nessa fatia do território, está muito marcado pela importância que tem no Município de Porto Alegre, onde contribuía com 34,16% da população ocupada em 1991 (Tabela 5), o que lhe garante a posição mais destacada na estrutura. O mesmo ocorre com a elite dirigente e intelectual, que está altamente representada em Porto Alegre. A concentração de órgãos da administração pública e do Legislativo, bem como de serviços especializados, é fator importante para compreendermos essa proeminência da elite intelectual em Porto Alegre. Além disso, esse fato se relaciona com a formação histórica do RS, traduzindo a importância das instituições universitárias sediadas na Capital, que têm fornecido “intelectuais” para os centros universitários criados mais recentemente no Estado e, especialmente, em outros municípios da RMPA.

Novamente, é necessário resgatarmos que a estrutura social que identificamos nas diferentes espacialidades da RMPA não retrata um quadro nítido de polarização social. Não obstante, alguns aspectos assinalados, em especial quando analisamos as mudanças que ocorreram no período 1980-91, são indicativos de alguns fenômenos que vêm sendo relatados pela bibliografia. O elevado crescimento dos profissionais de nível superior autônomos pode estar expressando o avanço dos segmentos mais modernos da economia urbana, pois, nessa categoria, podemos encontrar ocupações mais qualificadas. A retração do crescimento dos dirigentes públicos já prenuncia o processo de declínio do Estado, que se intensificou nos anos 90. O incremento da pequena burguesia (que reúne os pequenos empregadores e os comerciantes por conta própria), ocorre, em grande medida, como consequência da redução do emprego formal. O aumento dos empregados na saúde e na educação (dentro da classe média) estaria respondendo aos novos requerimentos de qualificação do trabalho e de atendimento das demandas em relação às necessidades básicas da população. Finalmente, o crescimento dos ambulantes e dos biscateiros estaria refletindo a precarização das relações de trabalho e do empobrecimento paulatino da população urbana.

Considerações finais

Alguns pontos devem ser destacados a partir da análise realizada, tendo em vista a problemática que privilegiamos em nossa reflexão.

Nossa primeira incursão, no estudo da estrutura social, revelou algumas questões importantes para pensarmos sobre as especificidades que marcam a nossa área metropolitana, face ao conjunto de mudanças que vem se delineando na economia da região.

O relevo do proletariado industrial na composição da estrutura social, que só não é identificado na Capital, não significa uma incoerência em relação ao avanço do Setor Terciário na economia da área, identificado na década de 80. O peso dessa categoria decorre, em grande medida, do caráter tradicional que predomina em alguns segmentos industriais que são fortes na região, como é o caso da indústria coureiro-calçadista. Com relação à importância do Terciário na economia metropolitana, vemos que ela se expressa na estrutura social, através de ocupações que podemos encontrar dentro da classe média e do proletariado terciário.

Ao mesmo tempo, constatamos o incremento de categorias situadas nos extremos da estrutura social, profissionais de nível superior e ambulantes e biscateiros, o que poderia ser um indicativo de processos que acompanham a reestruturação e a globalização e que se manifestam na ampliação, de um lado, dos requerimentos de qualificação da força de trabalho que desempenha atividades nos setores modernos e, de outro, no crescimento de relações precárias de trabalho e da pobreza urbana.

Consideramos, finalmente, que há uma relativa coerência entre os movimentos gerais da estrutura produtiva e as mudanças na estrutura social verificadas nos anos 80, permanecendo como pauta para análise futura uma avaliação acerca da hierarquia social da metrópole gaúcha na última década, tendo como referência as características que marcaram a economia nesse período, quando se manifestam, com maior clareza, os efeitos decorrentes dos processos de globalização e reestruturação produtiva.

Bibliografia

- ALONSO, José Antonio Fialho, BANDEIRA, Pedro Silveira (1990). Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, t. 1, p.67-130.
- ALONSO, José Antonio Fialho, BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). A “desindustrialização” de Porto Alegre: causas e perspectivas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.3-28.
- ALONSO, José Antonio Fialho, MAMMARELLA, Rosetta (1998). Caracterização e tendências da rede urbana do Rio Grande do Sul In: PROJETO Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. São Paulo : IPEA: IBGE/ /NESUR: UNICAMP/IE. (versão preliminar). p.101-161.

BOURDIEU, Pierre (1989). **O poder simbólico**. Lisboa : DIFEL; Rio de Janeiro : Bertrand Brasil.

MAMMARELLA, Rosetta (2000). Economia e ocupação no espaço metropolitano: transformações recentes de Porto Alegre. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, org. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro : Revan; Fase. p.151-175.

POCHMANN, Marcio (2000). Emprego e salário na recuperação econômica. **Folha de São Paulo**, 27 set., caderno B, p. 2.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2000). Cidade desigual ou cidade partida? tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, org. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro : Revan: Fase. p.63-98.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, LAGO, Luciana Corrêa do (2000). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. In: WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DO PROJETO FINEP/PRONEX. **Metrópoles, desigualdades sócio-espaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro. (mimeo)